

Exploração em áreas indígenas do AP

FOTOS: GILMAR NASCIMENTO

MARCO ANTONIO ■ Da Editoria de Cidade

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura as atividades da Fundação Nacional do Índio (Funai) solicitou levantamento ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) das áreas de conflitos entre índios e brancos, além apresentar informações de todas as áreas de reserva que estejam sendo exploradas ilegalmente por garimpeiros.

O DNPM/AP, que tem como chefe o geólogo Armindo Pinto, está preparando um relatório onde dá ciência para a CPI da Funai de que na década de 80 existiu garimpagem em terras indígenas no Amapá, especificamente na Reserva Waiápi, inclusive registrando conflitos, onde garimpeiros teriam sido retirados pelo órgão responsável pela reserva.

Em fins de 94, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) instalou-se na Reserva Waiápi, executando um programa que intitularam de Recuperação de Áreas Degradadas pe-

la garimpagem, onde os próprios índios executavam a garimpagem mecanizada.

Armindo informa que não tem conhecimento se houve consulta na época ao DNPM a respeito desse trabalho, inclusive se permitiu ou não a realização das atividades. O certo é que o Ministério Público Federal no Amapá instaurou Ação Civil Pública contra o CTI, que teve embargada suas atividades e receberam proibição de entrar na reserva, até que recentemente a Justiça Federal no Estado deu uma liminar permitindo a volta daquela ONG.

Na época em que o CTI foi proibido de entrar na Reserva, grande polêmica foi levantada, inclusive com acusações a antropóloga belga Dominique Gallois de que estaria explorando os índios até de forma escrava. As denúncias também atingiam o diretor da Funai, na época. As denúncias partiam principalmente da ex-prefeita de Amapari, Socorro Pelaes, e que chegaram a paralisar as atividades do CTI.



▲ WAIÁPI - O povo indígena aprendendo a trabalhar com a comercialização do ouro, atividade típica dos homens brancos ditos civilizados



▲ ARMINDO - Na década de 80 existiu garimpagem em terras indígenas

O que diz o programa

O atual programa do CTI, financiado inicialmente pela SEMAM e atualmente pelo programa de preservação das florestas tropicais da União Européia, visa o repasse de técnicas e conhecimentos adaptados às necessidades do grupo e à criação de experiência na sua gestão de alternativas de subsistência, condizentes com a estrutura social e os interesses das diferentes comunidades locais da área waiápi.

Tem como principal objetivo capacitá-las para a exploração autônoma e exclusiva dos recursos vegetais e minerais de suas terras, uma área de 583 mil hectares reconhecida em 1991 e que está sendo agora demarcada.

Apesar de terem mantido há várias décadas contatos esporádicos com balateiros, caçadores de pele e garimpeiros, os Waiápi só foram contactados pela Funai em 1973, por ocasião da construção da Rodovia Perimetral Norte. Desde então, as atividades minerais aumentaram consideravelmente na região e as terras dos índios estão circundadas por concessões à empresas e pela atividade predatória de garimpos que chegaram a invadir a área.

Paralelamente às pressões dos invasores, crescia a dependência em relação às agências assistenciais. Uma das transformações mais drásticas no sistema tradicional de ocupação ter-

ritorial e no modo de vida dos Waiápi, foi a concentração dos diversos grupos locais em torno de postos, mantidos pela Funai, onde funcionam enfermarias e há pouco tempo escolas.

O CTI ainda informa em seu projeto que coube aos assessores do centro repassar técnicas simples de extração mineral não-predatória, eliminando o uso de mercúrio e outros hábitos que os Waiápi haviam herdado da exploração desordenada na época em que trabalhavam junto aos garimpeiros invasores.

O novo modelo de garimpagem que privilegiou a pequena escala favoreceu a recuperação das áreas trabalhadas, que serão transformadas em futuros sítios de frutíferas nativas. Diz ainda que tal ação em pequena escala, adaptada à realidade social Waiápi, não houve alteração nas formas de produção e distribuição de recursos, que continuam subordinadas às relações sociais tradicionais e ao calendário do ciclo de subsistência. Há um tempo para roça e outro para garimpo, explica o projeto da ONG. "É essencial ter em vista que a atual demanda dos Waiápi, em ampliar sua produção extrativista expressa sobretudo uma expectativa de auto-gestão, pois consideram prioritário aprender as técnicas antes monopolizadas pelos não-índios", encerra.